

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, do Banco Bradesco Financiamentos S.A. (Bradesco Financiamentos), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Bradesco Financiamentos oferece linhas de financiamento de crédito direto ao consumidor para aquisição de veículos de passeio, de transporte e outros bens e serviços, além de operações de *leasing* e de empréstimos consignados, atuando como financeira do Banco Bradesco.

No segmento veículos, é especializado em oferecer aos clientes e não clientes do Banco Bradesco linhas de financiamento e de arrendamento de veículos, com soluções de CDC e *leasing*, com recursos próprios ou de repasses. Os serviços são oferecidos em sua

extensa rede de conveniados formada por revendas e concessionárias de motos, veículos leves e de transporte, totalizando 12.003 parceiros comerciais ativos em todo o País.

No segmento de empréstimos consignados, atua na concessão de empréstimos para aposentados e pensionistas do INSS, empréstimos com desconto em folha de pagamento para funcionários de empresas do setor público federal, estadual e municipal, por meio de 2.073 Correspondentes, atua em todos os estados brasileiros na captação de clientes.

O Lucro Líquido do exercício de 2014 foi de R\$ 3.279 bilhões e o Patrimônio Líquido de R\$ 24.451 bilhões.

Agradecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e demais colaboradores.

Osasco, SP, 28 de janeiro de 2015.

**Diretoria**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	2014	2013	
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>45.125.114</b>	<b>48.625.067</b>	<b>CIRCULANTE</b>
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	500	316	DEPÓSITOS (Nota 14a)
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	25.815.299	29.291.525	Depósitos Interfinanceiros
Aplicações no Mercado Aberto	92.659	104.268	Depósitos à Vista
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	25.722.640	29.187.257	OUTRAS OBRIGAÇÕES
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS</b>			Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemealhados
(Nota 6)	98.545	152.353	Sociais e Estatutárias
Carteira Própria	9.069	64.201	Fiscais e Previdenciárias (Nota 16a)
Vinculados à Prestação de Garantias	89.476	88.152	Diversas (Nota 16b)
<b>RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS</b>	<b>761.233</b>	<b>481.940</b>	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>
Créditos Vinculados (Nota 7)	761.222	417.934	DEPÓSITOS (Nota 14a)
Correspondentes	11	64.006	Depósitos Interfinanceiros
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)</b>	<b>16.545.692</b>	<b>16.432.455</b>	OUTRAS OBRIGAÇÕES
Operações de Crédito - Setor Privado	17.242.096	17.397.941	Fiscais e Previdenciárias (Nota 16a)
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(696.404)	(966.486)	Diversas (Nota 16b)
<b>OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 8)</b>	<b>(10.310)</b>	<b>(30.693)</b>	<b>RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS</b>
Operações de Arrendamentos a Receber - Setor Privado	586.272	97.036	Resultados de Exercícios Futuros
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(29.242)	(90.354)	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 17)</b>
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(10.900)	(37.375)	Capital:
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>	<b>1.199.815</b>	<b>1.441.184</b>	- De Domiciliados no País
Rendas a Receber (Nota 9a)	42	104	Reservas de Lucros
Diversos (Nota 9b)	1.199.773	1.441.080	Ajustes de Avaliação Patrimonial
<b>OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)</b>	<b>714.340</b>	<b>855.987</b>	
Outros Valores e Bens	277.418	319.933	
Provisões para Desvalorizações	(149.350)	(154.307)	
Despesas Antecipadas	586.272	690.361	
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>24.138.040</b>	<b>25.764.439</b>	
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	31.679	60.729	
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	31.679	60.729	
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS</b>			
(Nota 6)	218	218	
Carteira Própria	218	218	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)</b>	<b>19.328.857</b>	<b>20.140.718</b>	
Operações de Crédito - Setor Privado	19.711.989	20.712.597	
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(383.132)	(571.879)	
<b>OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 8)</b>	<b>(3.124)</b>	<b>(13.086)</b>	
Operações de Arrendamentos a Receber - Setor Privado	15.575	39.254	
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(14.462)	(38.901)	
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(4.237)	(13.439)	
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>	<b>3.965.651</b>	<b>4.587.805</b>	
Diversos (Nota 9b)	3.965.651	4.587.805	
<b>OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)</b>	<b>814.759</b>	<b>988.055</b>	
Despesas Antecipadas	814.759	988.055	
<b>PERMANENTE</b>	<b>1.298.098</b>	<b>2.491.306</b>	
INVESTIMENTOS (Nota 11)	430.526	452.750	
Participações em Coligadas e Controladas:			
- No País	427.066	449.300	
- No Exterior	303	254	
Outros Investimentos	12.769	12.808	
Provisões para Perdas	(9.612)	(9.612)	
<b>IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)</b>	<b>7.300</b>	<b>4.665</b>	
Outras Imobilizações de Uso	20.287	18.626	
Depreciações Acumuladas	(12.987)	(13.961)	
<b>IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Nota 8)</b>	<b>927.515</b>	<b>1.987.958</b>	
Bens Arrendados	1.204.485	2.764.579	
Depreciações Acumuladas/Superveniência de Depreciação	(376.970)	(766.621)	
<b>INTANGÍVEL (Nota 13)</b>	<b>32.757</b>	<b>35.933</b>	
Ativos Intangíveis	87.596	72.765	
Amortizações Acumuladas	(54.839)	(36.832)	
<b>TOTAL</b>	<b>70.561.252</b>	<b>76.880.812</b>	<b>TOTAL</b>
			<b>70.561.252</b>
			<b>76.880.812</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil			
	2º Semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2014	2013
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>6.060.766</b>	<b>12.370.421</b>	<b>12.984.282</b>
Operações de Crédito (Nota 8g)	4.120.320	8.231.630	8.544.753
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 8g)	533.500	1.326.630	2.211.449
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6e)	1.365.568	2.749.801	2.208.815
Resultado das Aplicações Compulsórias (Nota 7b)	41.378	62.360	19.265
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>2.973.301</b>	<b>6.199.692</b>	<b>7.406.098</b>
Operações de Captações no Mercado (Nota 14b)	2.257.146	4.375.394	4.156.376
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 8g)	475.497	1.214.891	2.080.394
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 8f)	240.658	609.407	1.169.328
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>3.087.465</b>	<b>6.170.729</b>	<b>5.578.184</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(6.525)</b>	<b>(1.322.444)</b>	<b>(2.702.874)</b>
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 18)	164.834	285.334	228.411
Despesas de Pessoal (Nota 19)	(152.236)	(232.868)	(58.222)
Outras Despesas Administrativas (Nota 20)	(361.011)	(998.378)	(995.378)
Despesas Tributárias (Nota 21)	(39.457)	(75.820)	(182.792)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 11a)	(35.160)	(8.243)	(8.991)
Outras Receitas Operacionais (Nota 22)	1.550.173	1.702.045	413.829
Outras Despesas Operacionais (Nota 23)	(1.133.668)	(2.179.904)	(2.099.731)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>3.080.940</b>	<b>4.848.285</b>	<b>2.875.310</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 24)</b>	<b>(80.807)</b>	<b>(199.406)</b>	<b>(253.943)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>3.000.133</b>	<b>4.648.879</b>	<b>2.621.367</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 26)</b>	<b>(698.589)</b>	<b>(1.369.858)</b>	<b>(526.444)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>2.301.544</b>	<b>3.279.021</b>	<b>2.094.923</b>
Número de ações (mil) (Nota 17a)	24.730.835	24.730.835	24.730.835
Lucro por lote de mil ações em R\$	93,06	132,59	84,71

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil			
	2º Semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2014	2013
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>			
<b>Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>3.000.133</b>	<b>4.648.879</b>	<b>2.621.367</b>
<b>Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:</b>			
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	240.658	609.407	1.169.328
Depreciações e Amortizações	72.349	172.039	361.253
Constituições/(Reversões) de Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	(1.234.657)	(1.085.294)	223.672
Constituições de Provisões para Desvalorização de Bens Não de Uso Próprio	(25.183)	(4.956)	32.797
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	35.160	22.243	8.991
Insuficiência/(Superveniência) de Depreciação	397.054	1.034.053	1.693.977
Ganho na Venda de Investimento	(25)	(25)	(25)
(Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado de Uso	(81)	(52)	10
Perda na Venda de Bens Não de Uso Próprio	106.324	204.667	221.072
Outros	213.947	411.276	303.970
<b>Lucro Líquido Ajustado antes dos impostos</b>	<b>2.805.451</b>	<b>6.012.009</b>	<b>6.636.437</b>
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(2.307.526)	3.812.432	(2.078.248)
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências Financeiras Derivativas	7.710	55.888	151.041
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	(243.313)	(254.759)	(33.033)
Aumento/(Redução) em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(318.765)	(343.299)	(417.934)
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil	142.260	71.555	(2.717.064)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(93.071)	247.190	(862.640)
Aumento/(Redução) em Depósitos	1.504.475	306.702	3.099.332
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(734.641)	(2.007.570)	(2.168.706)
Aumento/(Redução) em Resultados de Exercícios Futuros	63.255	72.869	56.360
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(244.575)	(744.828)	(1.504.392)
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais</b>	<b>581.260</b>	<b>7.230.189</b>	<b>141.153</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:</b>			
(Aumento)/Redução em Títulos Disponível para Venda	(1.184)	(1.184)	436
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	212.453	387.824	403.258
Alienação de Investimentos	292	292	-
Alienação de Imobilizado de Uso e Arrendamento	179.413	239.050	182.750
Aquisição de Bens Não de Uso Próprio	(242.848)	(549.976)	(653.322)
Aquisição de Investimentos	-	(100)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso e Arrendamento	(210.282)	(259.276)	(119.589)
Aplicações no Intangível	(9.643)	(14.830)	(15.250)
Redução de Capital em Investida	-	-	165.000
Aumento de Capital em Investida	-	-	(315.000)
Dividendos Recebidos	-	104	147.696
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos</b>	<b>(71.799)</b>	<b>(198.096)</b>	<b>(204.021)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:</b>			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(787.950)	(7.043.518)	(10.437)
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos</b>	<b>(787.950)</b>	<b>(7.043.518)</b>	<b>(10.437)</b>
<b>Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(11.425)</b>	<b>(73.305)</b>	<b>(73.305)</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	371.648	104.584	177.889
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	93.159	93.159	104.584
<b>Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(787.489)</b>	<b>(11.425)</b>	<b>(73.305)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil						
Eventos	Capital Social Realizado	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial Proprios	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária			
<b>Saldos em 30.6.2014</b>	<b>22.010.000</b>	<b>458.284</b>	<b>919.317</b>	<b>955</b>	-	<b>23.388.556</b>
Reversão de Dividendos 1º Semestre/2014	-	-	9.286	-	-	9.286
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(1.184)	-	(1.184)
Lucro Líquido	-	-	-	-	2.301.544	2.301.544
Destinações - Reservas	-	115.077	939.467	-	(1.054.544)	-
- Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(1.247.000)	(1.247.000)
<b>Saldos em 31.12.2014</b>	<b>22.010.000</b>	<b>573.361</b>	<b>1.868.070</b>	<b>(229)</b>	<b>(229)</b>	<b>24.451.202</b>
<b>Saldos em 31.12.2012</b>	<b>22.010.000</b>	<b>304.664</b>	<b>4.445.391</b>	<b>241</b>	<b>241</b>	<b>26.760.296</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(533)	-	(533)
Lucro Líquido	-	-	-	-	2.094.923	2.094.923
Destinações - Reservas	-	104.746	790.177	-	(894.923)	-
- Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(1.200.000)	(1.200.000)
<b>Saldos em 31.12.2013</b>	<b>22.010.000</b>	<b>409.410</b>	<b>5.235.568</b>	<b>(292)</b>	<b>(292)</b>	<b>27.654.686</b>
Dividendos Declarados	-	-	(5.235.568)	-	-	(5.235.568)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	63	-	63
Lucro Líquido	-	-	-	-	3.279.021	3.279.021
Destinações - Reservas	-	163.951	1.868.070	-	(2.032.021)	-
- Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(1.247.000)	(1.247.000)
<b>Saldos em 31.12.2014</b>	<b>22.010.000</b>	<b>573.361</b>	<b>1.868.070</b>	<b>(229)</b>	<b>(229)</b>	<b>24.451.202</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil						
Descrição	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro		2013	%
	2014	%	2014	%		
<b>1 - RECEITAS</b>	<b>6.320.640</b>	<b>198,0</b>	<b>11.369.083</b>	<b>229,2</b>	<b>10.103.520</b>	<b>352,6</b>
1.1) Intermidação Financeira	6.060.766	189,8	12.370.421	249,4	10.964.282	453,1
1.2) Prestação de Serviços	164.834	5,2	285.334	5,8	228.411</	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior que são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período (Portaria MF nº 140/84, do Ministério da Fazenda) e considera o ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações em ouro, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - classificação

Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociadas. São registradas pelo custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registradas pelo custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais são serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização, e

Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Operações de crédito, de arrendamento mercantil, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a base de classificação de risco em nove níveis, sendo "A" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias.....	B
• de 31 a 60 dias.....	C
• de 61 a 90 dias.....	D
• de 91 a 120 dias.....	E
• de 121 a 150 dias.....	F
• de 151 a 180 dias.....	G
• superior a 180 dias.....	H

(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrual*) das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível «H» permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível «H», e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e levam em consideração as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada e são contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:

I - Arrendamentos a receber

Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizados de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

II - Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e valor residual garantido (VRG)

Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.

III - Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% ao ano na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: veículos e afins, 20% ao ano; móveis e utensílios, 10% ao ano; máquinas e equipamentos, 10% ao ano; outros bens, 10% ao ano ou 20% ao ano.

IV - Perdas em arrendamentos

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sendo demonstrados juntamente com o imobilizado de arrendamento (Nota 8).

V - Superveniência (insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumarizados nos itens II a IV acima diferem das práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil.

Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre as adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação, são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias", sendo que para superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

h) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrados no resultado de acordo com o princípio da competência. Inclui seguro prestamista e comissões pagas, principalmente à revendedores e concessionárias de veículos e promotoras de venda terceirizadas, pela colocação de operações de crédito.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, os quais são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fazem parte dos ativos do Banco ou quando benefícios futuros não são mais esperados.

i) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

j) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercícios com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso - 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos, sistemas de comunicação e segurança - 10% ao ano; e sistemas de transportes e processamento de dados - 20% a 50% ao ano, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

k) Intangível

Ativo Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercícios com essa finalidade. Compostos por *software*, que estão registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao mesmo, que serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

l) Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

m) Depósitos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data de balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

8) OPERAÇÕES DE CRÉDITO, DE ARRENDAMENTO MERCANTIL, OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Modalidades e prazos

Operações de crédito	Curso normal					Total				
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	2014		2013		
	(A)	(A)	(A)	(A)	(A)	%	(A)	%		
Empréstimos e títulos descontados.....	567.782	582.134	551.861	1.603.798	2.858.343	16.790.504	48,5	16.233.506	46,4	
Financiamentos .....	967.405	956.261	884.418	2.499.829	4.215.354	17.701.025	51,1	18.462.959	52,8	
<b>Subtotal .....</b>	<b>1.535.187</b>	<b>1.538.395</b>	<b>1.436.279</b>	<b>4.103.627</b>	<b>7.073.697</b>	<b>18.804.344</b>	<b>34.491.529</b>	<b>99,6</b>	<b>34.696.465</b>	<b>99,2</b>
Operações de arrendamento mercantil.....	9.908	8.861	8.008	21.343	34.125	144.823	0,4	294.553	0,8	
<b>Subtotal .....</b>	<b>1.545.095</b>	<b>1.547.256</b>	<b>1.444.287</b>	<b>4.124.970</b>	<b>7.107.822</b>	<b>18.866.922</b>	<b>34.636.352</b>	<b>100,0</b>	<b>34.991.018</b>	<b>100,0</b>
<b>Total das operações de crédito.....</b>	<b>1.545.095</b>	<b>1.547.256</b>	<b>1.444.287</b>	<b>4.124.970</b>	<b>7.107.822</b>	<b>18.866.922</b>	<b>34.636.352</b>	<b>100,0</b>	<b>34.991.018</b>	<b>100,0</b>
Avais e fianças (1) .....	-	-	-	-	-	2.314	-	2.163	-	
<b>Total em 2014 .....</b>	<b>1.545.095</b>	<b>1.547.256</b>	<b>1.444.287</b>	<b>4.124.970</b>	<b>7.107.822</b>	<b>18.869.236</b>	<b>34.638.666</b>	<b>100,0</b>	<b>34.993.181</b>	<b>100,0</b>
<b>Total em 2013 .....</b>	<b>1.518.545</b>	<b>1.507.800</b>	<b>1.408.677</b>	<b>4.048.755</b>	<b>7.049.941</b>	<b>19.459.463</b>	<b>34.638.666</b>	<b>100,0</b>	<b>34.993.181</b>	<b>100,0</b>

n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

• Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

• Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

• Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

• Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

o) Receitas de exercícios futuros

Representam aos valores das parcelas de receitas contratuais recebidas antecipadamente que serão apropriadas ao resultado de acordo com os prazos dos contratos de financiamentos aos quais se referem.

p) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).

q) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:
 

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Disponibilidades em moeda nacional .....	434	257
Aplicações em ouro .....	66	59
<b>Total de disponibilidades (caixa) .....</b>	<b>500</b>	<b>316</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1) .....	92.659	104.268
<b>Total caixa e equivalentes de caixa .....</b>	<b>93.159</b>	<b>104.584</b>

(1) Referem-se a operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
<b>Aplicações no mercado aberto:</b>					
<b>Posição bancada</b>					
- Notas do tesouro nacional.....	92.659	-	-	-	92.659
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>					
- Aplicações em depósitos interfinanceiros .....	3.815	13.251	25.705.574	31.679	25.754.319
<b>Total em 2014 .....</b>	<b>96.474</b>	<b>13.251</b>	<b>25.705.574</b>	<b>31.679</b>	<b>25.846.978</b>
<b>Total em 2013 .....</b>	<b>0,4</b>	<b>0,1</b>	<b>99,4</b>	<b>0,1</b>	<b>100,0</b>
<b>% .....</b>	<b>125.262</b>	<b>54.909</b>	<b>29.111.354</b>	<b>60.729</b>	<b>29.352.254</b>
<b>% .....</b>	<b>0,4</b>	<b>0,2</b>	<b>99,2</b>	<b>0,2</b>	<b>100,0</b>

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
- Rendas de aplicações em operações compromissadas - Posição bancada .....	22.487	16.609
- Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros .....	2.711.927	2.165.936
<b>Total (Nota 6e).....</b>	<b>2.734.414</b>	<b>2.182.545</b>

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira por emissor

Títulos	2014					2013				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/ contábil (2)	Marcação a mercado	
<b>Títulos públicos .....</b>	<b>-</b>	<b>4.609</b>	<b>2.674</b>	<b>82.808</b>	<b>90.091</b>	<b>90.124</b>	<b>(33)</b>	<b>89.638</b>	<b>(7)</b>	
Letras financeiras do tesouro .....	-	4.609	2.674	82.808	90.091	90.124	(33)	89.638	(7)	
<b>Títulos privados .....</b>	<b>8.454</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>218</b>	<b>8.672</b>	<b>9.054</b>	<b>(382)</b>	<b>62.933</b>	<b>(487)</b>	
Cotas de fundos de investimento - FIDC .....	-	-	-	-	-	-	-	53.035	-	
Ações.....	-	-	-	-	-	-	-	2.033	(105)	
Cotas de fundos de investimento renda fixa .....	8.454	-	-	-	8.454	8.454	-	7.647	-	
Outros.....	-	-	-	218	218	600	(382)	218	(382)	
<b>Total em 2014 .....</b>	<b>8.454</b>	<b>4.609</b>	<b>2.674</b>	<b>83.026</b>	<b>98.763</b>	<b>99.178</b>	<b>(415)</b>	<b>152.571</b>	<b>(494)</b>	
<b>Total em 2013 .....</b>	<b>62.715</b>	<b>-</b>	<b>81.094</b>	<b>8.762</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>152.571</b>	<b>(494)</b>	

b) Classificação por categorias e prazos

Títulos	2014					2013				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/ contábil (2)	Marcação a mercado	
<b>Títulos para negociação (1) .....</b>	<b>8.454</b>	<b>4.609</b>	<b>2.674</b>	<b>82.808</b>	<b>98.545</b>	<b>98.578</b>	<b>(33)</b>	<b>150.320</b>	<b>(7)</b>	
Letras financeiras do tesouro .....	-	4.609	2.674	82.808	90.091	90.12				

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

	Curso normal						Total		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Parcelas vencidas						2014		2013	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 540 dias	(B)	%	(B)	%	
<b>Operações de crédito</b>										
Empréstimos e títulos descontados.....	23.750	18.537	12.380	24.350	17.802	96.819	22,4	94.255	15,5	
Financiamentos.....	94.394	72.742	40.541	67.439	54.671	329.787	76,2	487.407	80,1	
<b>Subtotal.....</b>	<b>118.144</b>	<b>91.279</b>	<b>52.921</b>	<b>91.789</b>	<b>72.473</b>	<b>426.606</b>	<b>98,6</b>	<b>581.662</b>	<b>95,6</b>	
Operações de arrendamento mercantil.....	1.460	1.297	847	1.424	1.117	6.145	1,4	26.510	4,4	
<b>Subtotal.....</b>	<b>119.604</b>	<b>92.576</b>	<b>53.768</b>	<b>93.213</b>	<b>73.590</b>	<b>432.751</b>	<b>100,0</b>	<b>608.172</b>	<b>100,0</b>	
<b>Total em 2014.....</b>	<b>119.604</b>	<b>92.576</b>	<b>53.768</b>	<b>93.213</b>	<b>73.590</b>	<b>432.751</b>	<b>100,0</b>	<b>608.172</b>	<b>100,0</b>	
<b>Total em 2013.....</b>	<b>152.781</b>	<b>121.261</b>	<b>72.399</b>	<b>135.107</b>	<b>126.624</b>			<b>608.172</b>	<b>100,0</b>	

	Curso anormal						Total		Total geral		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Parcelas vincendas						2014		2013		2014	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	(C)	%	(C)	%	(A + B + C)	%
<b>Operações de crédito</b>												
Empréstimos e títulos descontados.....	23.072	23.208	21.179	62.210	109.953	345.334	584.956	28,5	613.347	21,2	17.472.279	47,1
Financiamentos.....	94.443	93.504	85.359	236.028	379.350	562.311	1.450.994	70,7	2.219.064	76,8	19.481.806	52,4
<b>Subtotal.....</b>	<b>117.515</b>	<b>116.712</b>	<b>106.537</b>	<b>298.238</b>	<b>489.303</b>	<b>907.645</b>	<b>2.035.950</b>	<b>99,2</b>	<b>2.832.411</b>	<b>98,0</b>	<b>36.954.085</b>	<b>99,5</b>
Operações de arrendamento mercantil.....	1.306	1.175	1.114	3.007	4.437	5.442	16.481	0,8	56.912	2,0	167.449	0,5
<b>Subtotal.....</b>	<b>118.821</b>	<b>117.887</b>	<b>107.651</b>	<b>301.245</b>	<b>493.740</b>	<b>913.087</b>	<b>2.052.431</b>	<b>100,0</b>	<b>2.889.323</b>	<b>100,0</b>	<b>37.121.534</b>	<b>100,0</b>
<b>Total das operações de crédito.....</b>	<b>118.821</b>	<b>117.887</b>	<b>107.651</b>	<b>301.245</b>	<b>493.740</b>	<b>913.087</b>	<b>2.052.431</b>	<b>100,0</b>	<b>2.889.323</b>	<b>100,0</b>	<b>37.121.534</b>	<b>100,0</b>
Avais e fianças (1).....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.314	-
<b>Total em 2014.....</b>	<b>118.821</b>	<b>117.887</b>	<b>107.651</b>	<b>301.245</b>	<b>493.740</b>	<b>913.087</b>	<b>2.052.431</b>	<b>100,0</b>	<b>2.889.323</b>	<b>100,0</b>	<b>37.123.848</b>	<b>100,0</b>
<b>Total em 2013.....</b>	<b>152.565</b>	<b>152.732</b>	<b>139.119</b>	<b>395.431</b>	<b>671.058</b>	<b>1.378.418</b>			<b>2.889.323</b>	<b>100,0</b>	<b>38.490.676</b>	<b>100,0</b>

(1) Registrados em Contas de Compensação.

**b) Modalidades e níveis de risco**

	Curso anormal						Total		Total geral		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Parcelas vincendas						2014		2013		2014	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	(C)	%	(C)	%	(A + B + C)	%
<b>Operações de crédito</b>												
Empréstimos e títulos descontados.....	23.072	23.208	21.179	62.210	109.953	345.334	584.956	28,5	613.347	21,2	17.472.279	47,1
Financiamentos.....	94.443	93.504	85.359	236.028	379.350	562.311	1.450.994	70,7	2.219.064	76,8	19.481.806	52,4
<b>Subtotal.....</b>	<b>117.515</b>	<b>116.712</b>	<b>106.537</b>	<b>298.238</b>	<b>489.303</b>	<b>907.645</b>	<b>2.035.950</b>	<b>99,2</b>	<b>2.832.411</b>	<b>98,0</b>	<b>36.954.085</b>	<b>99,5</b>
Operações de arrendamento mercantil.....	1.306	1.175	1.114	3.007	4.437	5.442	16.481	0,8	56.912	2,0	167.449	0,5
<b>Subtotal.....</b>	<b>118.821</b>	<b>117.887</b>	<b>107.651</b>	<b>301.245</b>	<b>493.740</b>	<b>913.087</b>	<b>2.052.431</b>	<b>100,0</b>	<b>2.889.323</b>	<b>100,0</b>	<b>37.121.534</b>	<b>100,0</b>
<b>Total das operações de crédito.....</b>	<b>118.821</b>	<b>117.887</b>	<b>107.651</b>	<b>301.245</b>	<b>493.740</b>	<b>913.087</b>	<b>2.052.431</b>	<b>100,0</b>	<b>2.889.323</b>	<b>100,0</b>	<b>37.121.534</b>	<b>100,0</b>
Avais e fianças (1).....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.314	-
<b>Total em 2014.....</b>	<b>118.821</b>	<b>117.887</b>	<b>107.651</b>	<b>301.245</b>	<b>493.740</b>	<b>913.087</b>	<b>2.052.431</b>	<b>100,0</b>	<b>2.889.323</b>	<b>100,0</b>	<b>37.123.848</b>	<b>100,0</b>
<b>Total em 2013.....</b>	<b>152.565</b>	<b>152.732</b>	<b>139.119</b>	<b>395.431</b>	<b>671.058</b>	<b>1.378.418</b>			<b>2.889.323</b>	<b>100,0</b>	<b>38.490.676</b>	<b>100,0</b>

**c) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa**

	Nível de risco						Total		Total geral		Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2014						2013		2014		2013		
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%	Total	%
<b>Operações de crédito</b>													
Empréstimos e títulos descontados.....	6.204	16.765.176	188.538	135.754	73.889	50.682	36.663	35.403	179.970	17.472.279	47,1	16.941.108	44,0
Financiamentos.....	61.101	17.542.745	576.177	500.070	184.024	114.015	77.945	56.796	368.933	19.481.806	52,4	21.169.430	55,0
<b>Subtotal.....</b>	<b>67.305</b>	<b>34.307.921</b>	<b>764.715</b>	<b>635.824</b>	<b>257.913</b>	<b>164.697</b>	<b>114.608</b>	<b>92.199</b>	<b>548.903</b>	<b>36.954.085</b>	<b>99,5</b>	<b>38.110.538</b>	<b>99,0</b>
Operações de arrendamento mercantil.....	1.470	112.713	27.496	7.138	3.602	2.510	2.998	1.726	7.796	167.449	0,5	377.975	1,0
<b>Subtotal.....</b>	<b>68.775</b>	<b>34.420.634</b>	<b>792.211</b>	<b>642.962</b>	<b>261.515</b>	<b>167.207</b>	<b>117.606</b>	<b>93.925</b>	<b>556.699</b>	<b>37.121.534</b>	<b>100,0</b>	<b>38.488.513</b>	<b>100,0</b>
<b>Total em 2014.....</b>	<b>68.775</b>	<b>34.420.634</b>	<b>792.211</b>	<b>642.962</b>	<b>261.515</b>	<b>167.207</b>	<b>117.606</b>	<b>93.925</b>	<b>556.699</b>	<b>37.121.534</b>	<b>100,0</b>	<b>38.488.513</b>	<b>100,0</b>
%	0,2	92,7	2,1	1,7	0,7	0,5	0,3	0,3	1,5				
<b>Total em 2013.....</b>	<b>60.332</b>	<b>34.758.164</b>	<b>983.409</b>	<b>900.029</b>	<b>346.994</b>	<b>236.276</b>	<b>162.838</b>	<b>142.133</b>	<b>898.338</b>			<b>38.488.513</b>	<b>100,0</b>
%	0,2	90,3	2,6	2,3	0,9	0,6	0,4	0,4	2,3				

**d) Concentração das operações de crédito**

	2014		Em 31 de dezembro - R\$ mil		2013	
	%		%		%	
	Maior devedor.....	3,756	-	3,162	-	
Dez maiores devedores.....	31,438	0,1	26,806	0,1		
Vinte maiores devedores.....	50,175	0,1	45,067	0,1		
Cinquenta maiores devedores.....	87,243	0,2	84,738	0,2		
Com maiores devedores.....	131,547	0,4	132,199	0,3		

**e) Setor de atividade econômica**

	2014		Em 31 de dezembro - R\$ mil		2013	
	%		%		%	
	<b>Sector privado</b> .....	<b>37.121.534</b>	<b>100,0</b>	<b>38.488.513</b>	<b>100,0</b>	
Indústria.....	178.295	0,5	211.847	0,5		
Comércio.....	550.012	1,5	760.219	2,0		
Intermediário financeiro.....	28	-	505	-		
Serviços.....	824.208	2,2	922.885	2,4		
Agricultura, pecuária, pesca, silvicultura e exploração florestal.....	25.246	0,1	29.797	0,1		
Pessoas físicas.....	35.543.745	95,7	36.563.260	95,0		
<b>Total.....</b>	<b>37.121.534</b>	<b>100,0</b>	<b>38.488.513</b>	<b>100,0</b>		

**f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa**

	2014		Em 31 de dezembro - R\$ mil		2013	
	%		%		%	
	Saldo inicial.....			1.588.179	2.170.113	
Constituição líquida de reversão.....			609.407	1.169.328		
<b>Baixas para prejuízo.....</b>			<b>(1.102.913)</b>	<b>(1.751.262)</b>		
Saldo final.....			1.094.673	1.588.179		
- Provisão específica (1).....			764.922	1.190.872		
- Provisão genérica (2).....			191.956	204.562		
- Provisão excedente (3).....			137.795	192.745		
<b>Recuperação de créditos baixados como prejuízo (4).....</b>			<b>510.013</b>	<b>471.561</b>		

- Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;
- Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior;
- A provisão excedente é constituída considerando a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de créditos, de modo a apurar a provisão total julgada adequada para cobrir os riscos específicos e globais dos créditos, associada à provisão calculada de acordo com a classificação pelos níveis de risco e os respectivos percentuais de provisão estabelecidos como mínimos na Resolução nº 2.682/99 do CMN. A provisão excedente por cliente foi classificada nos níveis de riscos correspondentes (Nota 8c); e
- Classificadas em receitas de operações de crédito.

Em 23.12.2014, o Bradesco Financiamentos realizou a securitização de contratos de créditos compensados contra prejuízo no montante de R\$ 514.000 mil, apurando resultado de R\$ 21.225 mil.

**g) Receitas de operações de crédito e de arrendamento mercantil**

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Empréstimos e títulos descontados.....	3.857.996	3.554.731
Financiamentos.....	3.863.621	4.518.461
<b>Subtotal.....</b>	<b>7.721.617</b>	<b>8.073.192</b>
Recuperação de créditos baixados como prejuízo.....	510.013	471.561
<b>Subtotal.....</b>	<b>8.231.630</b>	<b>8.544.753</b>
Arrendamento mercantil, líquido de despesas.....	111.739	131.055
<b>Total.....</b>	<b>8.343.369</b>	<b>8.675.808</b>

**h) Demonstrativo da composição da carteira de arrendamento, a valor presente, com os saldos contábeis**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	
	2014	2013
Arrendamentos financeiros a receber.....	45.407	136.290
(-) Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber.....	(45.704)	(129.255)
Bens arrendados financeiros + perdas em arrendamentos (líquido).....	1.204.485	2.764.579
<b>(-) Depreciação acumulada sobre bens arrendados financeiros, líquida de superveniência de depreciação.....</b>	<b>(376.970)</b>	<b>(766.621)</b>
(-) Depreciações acumuladas.....	(1.063.777)	(2.505.823)
Superveniência de depreciação.....	686.807	1.739.202
(-) Valor residual garantido antecipado (Nota 16b).....	(661.769)	(1.627.018)
<b>Total do valor presente.....</b>	<b>167.449</b>	<b>377.975</b>

**11) INVESTIMENTOS**

a) Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos, foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas".

Empresas	Em 31 de dezembro - R\$ mil		Quantidade de ações/cotas possuídas		Participação no capital (%)	Lucro líquido/(prejuízo) ajustado	Valor contábil		Ajuste decorrente de avaliação (1)	
	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Ações	Cotas			2014	2013	2014	2013
	<b>Ramo financeiro</b>									
Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ....	25.500	47.707	-	25.500	99,999	2.749	47.707	44.984	2.749	

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 15) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

#### a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

#### b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A empresa é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

#### I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetutados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

#### II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

#### III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazos, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

#### A principal questão é:

IRPJ/CSLL - Perdas de Crédito - R\$ 300.148 mil (2013 - R\$ 245.893 mil); Pleiteia deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, totais ou parciais, sofridas no recebimento de créditos, independentemente do atendimento das condições e prazos previstos nos artigos 9º ao 14º da Lei nº 9.430/96 que só se aplicam às perdas provisórias.

#### IV - Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais (1) (2)
<b>Saldo no início do exercício de 2014</b> .....	<b>28.889</b>	<b>80.664</b>	<b>1.949.923</b>
Atualização monetária.....	2.882	9.579	47.677
Constituições líquidas de reversões e baixas.....	881	145.546	(1.291.859)
Pagamentos.....	(4.810)	(140.428)	(20.018)
<b>Saldo no final do exercício de 2014 (Nota 16)</b> .....	<b>27.842</b>	<b>95.361</b>	<b>685.723</b>

(1) Compreende, substancialmente, a obrigações legais; e

(2) Inclui a reversão de provisão fiscal, relativa ao processo COFINS, cuja matéria teve seu encerramento favorável à Instituição, no montante de R\$ 1.378.103 mil.

#### c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "réu" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivadas, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. O principal processo com essa classificação é IRPJ e CSLL, relativo ao ano-base de 2008, lançado sobre glosa de amortização de ação na aquisição de investimentos, no valor total de R\$ 325.960 mil (2013 - R\$ 125.106 mil).

### 16) OUTRAS OBRIGAÇÕES

#### a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Provisões fiscais (Nota 15b IV).....	685.723	1.949.923
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 26c).....	371.627	573.533
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar.....	216.108	841.461
Impostos e contribuições a recolher.....	74.896	66.976
<b>Total</b> .....	<b>1.348.354</b>	<b>3.431.893</b>

#### b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Credores diversos.....	722.583	481.817
Credores por antecipação de valor residual (Nota 8h).....	661.769	1.627.018
Provisões cíveis e trabalhistas (Nota 15b IV).....	123.203	109.553
Provisão para pagamentos a efetuar.....	70.184	30.626
<b>Total</b> .....	<b>1.577.739</b>	<b>2.249.014</b>

### 17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 22.010.000 mil (2013 - R\$ 22.010.000 mil) totalmente subscrito e integralizado, é composto por 24.730.834.643 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.

#### b) Reserva de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
<b>Reservas de lucros</b> .....	<b>2.441.431</b>	<b>5.644.978</b>
- Reserva legal (1).....	573.361	408.410
- Reserva estatutária (2).....	1.868.070	5.235.568

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido, até atingir 20% do capital social realizado. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

#### c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de lucros acumulados e de reservas de lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos e juros sobre o capital próprio relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	2014	2013
Lucro líquido.....	3.279.021	2.094.923
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	(163.951)	(104.746)
<b>Base de cálculo</b> .....	<b>3.115.070</b>	<b>1.990.177</b>
Dividendos (1).....	1.247.000	1.200.000
Juros sobre o capital próprio (2).....	(187.050)	(180.000)
<b>Valor líquido a pagar</b> .....	<b>1.059.950</b>	<b>1.020.000</b>
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado.....	34,0%	51,3%
<b>Valor em Reais por lote de mil ações</b> .....	<b>42,86</b>	<b>41,24</b>

(1) Não houve distribuição de dividendos pois os juros sobre o capital próprio distribuídos foram superior ao mínimo obrigatório de 1%; e

(2) Em Reunião da Diretoria realizada em 30 de setembro de 2014 foi deliberado o pagamento de juros sobre o capital próprio de R\$ 927.000 mil efetuado em 26 de dezembro de 2014, e a Reunião da Diretoria de 22 de dezembro de 2014 deliberou o valor de R\$ 320.000 mil a ser pago até 31 de dezembro de 2015.

Em 27 de junho de 2014 foi deliberado em Ata da Reunião da Diretoria o pagamento de dividendos de R\$ 5.235.568 mil à conta "Reserva de Lucros - Estatutária".

### 18) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Tarifa de cadastro.....	220.183	180.461
Taxa de avaliação/substituição de bem.....	63.368	46.349
Taxa de aditamento de contratos.....	1.659	1.449
Outras.....	124	152
<b>Total</b> .....	<b>285.334</b>	<b>228.411</b>

### 19) DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Proventos.....	113.493	19.085
Encargos sociais.....	42.122	7.157
Benefícios.....	41.465	7.797
Participação dos empregados nos lucros.....	25.675	8.562
Provisões trabalhistas.....	7.521	14.937
Treinamento.....	2.602	684
<b>Total</b> .....	<b>232.868</b>	<b>58.222</b>

### 20) DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Serviços de terceiros.....	507.792	673.900
Processamento de dados.....	92.113	74.393
Comunicações.....	25.843	29.800
Depreciações e amortizações.....	19.058	17.613
Serviços do sistema financeiro.....	17.099	15.937
Contribuições filantrópicas.....	15.369	47.141
Propaganda, promoções e publicidade.....	12.278	8.944
Transportes.....	10.957	6.253
Viagens.....	6.867	6.601
Aluguéis.....	2.731	3.132
Manutenção e conservação de bens.....	1.814	954
Outras (1).....	87.067	110.710
<b>Total</b> .....	<b>798.988</b>	<b>995.378</b>

(1) Em 2014, inclui R\$ 34.001 mil (2013 - R\$ 76.315 mil) de custas de processo de cobrança.

### 21) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
PIS.....	43.303	42.776
Contribuição à COFINS.....	11.413	131.990
Imposto sobre serviços - ISS.....	3.083	2.988
Outras.....	18.021	5.038
<b>Total</b> .....	<b>75.820</b>	<b>182.792</b>

### 22) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Reversão de provisões operacionais (2).....	1.415.587	58.548
Atualizações monetárias ativas.....	198.543	123.423
Recuperação de encargos e despesas.....	20.392	34.547
Outras (1).....	67.523	197.311
<b>Total</b> .....	<b>1.702.045</b>	<b>413.829</b>

(1) Em 2013, inclui o valor de R\$ 163.624 mil referente ao ganho na adesão ao programa de parcelamento e pagamento a vista de débitos tributários instituído pela Lei nº 12.865/13; e

(2) Em 2014, inclui o valor de R\$ 1.378.103 mil referente à reversão de provisão fiscal, relativo ao processo Cofins, cuja matéria teve seu encerramento favorável.

### 23) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Comissões e serviços de intermediação de crédito.....	1.232.675	1.264.563
Provisões para perdas em operações de empréstimos consignado.....	411.276	303.969
Provisões/indenizações cíveis.....	173.199	151.310
Busca e apreensão de veículos.....	68.654	63.561
Atualizações monetárias passivas.....	52.427	89.982
Perdas em operações de empréstimos.....	52.181	63.237
Outras.....	189.492	163.109
<b>Total</b> .....	<b>2.179.904</b>	<b>2.099.731</b>

### 24) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Prejuízo na alienação de valores e bens.....	(204.667)	(221.072)
Lucro na venda de investimentos.....	253	-
Lucro/(prejuízo) na alienação de imobilizado de uso.....	52	(10)
Constituição/reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens.....	4.956	(32.797)
Outras despesas não operacionais.....	-	(64)
<b>Total</b> .....	<b>(199.406)</b>	<b>(253.943)</b>

### 25) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador (Banco Bradesco S.A.) e empresas coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Ativos (passivos) 2014	Ativos (passivos) 2013	Receitas (despesas) 2014	Receitas (despesas) 2013
<b>Aplicações no mercado aberto:</b>				
Banco Bradesco S.A. ....	92.659	104.268	22.487	16.609
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros:</b>				
Banco Bradesco S.A. ....	25.754.319	29.247.986	2.711.927	2.165.936
<b>Captações em depósitos interfinanceiros:</b>				
Banco Bradesco S.A. ....	(38.602.433)	(40.318.190)	(4.067.521)	(4.059.827)
Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil.....	(4.034.800)	(2.010.390)	(307.873)	(96.549)
<b>Juros sobre o capital próprio:</b>				
Banco Bradesco S.A. ....	(272.000)	(1.020.000)	(1.247.000)	(1.200.000)
Tibre DTM Ltda.....	16	18	-	-
Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil.....	23	83	-	-
BMC Asset Management DTM Ltda.....	3	3	-	-
<b>Serviços terceiros:</b>				
BF Promotora de Vendas Ltda.....	-	-	(158.617)	(389.855)

#### b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e

• A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e alguns de seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

Para 2014, foi determinado o valor máximo de R\$ 3.500 mil (2013 - R\$ 1.300 mil) para remuneração dos Administradores e de R\$ 3.500 mil (2013 - R\$ 1.300 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

#### Benefícios de curto prazo a administradores

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Proventos.....	3.343	1.243
Contribuição ao INSS.....	752	280
<b>Total</b> .....	<b>4.095</b>	<b>1.523</b>

#### Benefícios pós-emprego

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Planos de previdência complementar de contribuição definida.....	3.081	1.300
<b>Total</b> .....	<b>3.081</b>	<b>1.300</b>

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

#### Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
  - b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
  - c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
- Desta forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

### 26) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b> .....	<b>4.648.879</b>	<b>2.621.367</b>
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente.....	(1.859.552)	(1.048.547)
<b>Efeito no cálculo dos tributos:</b>		
Participações em coligadas e controladas.....	(8.897)	(3.596)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(14.300)	4.336
Juros sobre o capital próprio pagos.....	498.800	490.000
Outros valores.....	14.091	41.363
<b>Imposto de renda e contribuição social do exercício</b> .....	<b>(1.369.858)</b>	<b>(526.444)</b>

#### b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	142.849	(921.336)

</

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

e) Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- o parcelamento especial de Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS.

A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nº 1.515, de 24 de novembro de 2014 e 1.520, de 4 de dezembro de 2014. Em nossa avaliação, não haverá impactos relevantes futuros em nossas Demonstrações Contábeis.

f) Em 20 de janeiro de 2015, foi publicada a Lei nº 13.097/15, que converteu a Medida Provisória nº 656/14. Dentre outros assuntos essa Lei altera os valores dos limites para fins de dedutibilidade de perdas no recebimento de créditos para contratos inadimplidos a

partir de 8.10.2014 (artigo 9º da Lei nº 9.430/96), sendo que para o estoque até essa data, ficam mantidos os valores limites atuais.

g) Em dezembro de 2013, o Banco Central do Brasil publicou a Resolução nº 4.294/13, complementada pelas Circulares Bacen nº 3.693/13, nº 3.722/14 e nº 3.738/14, as quais estabeleceram procedimentos de contratação, remuneração e contabilização da remuneração de correspondentes, cujos impactos trarão efeitos no resultado apenas a partir do exercício de 2015. A Bradesco Financiamentos adotará a faculdade, prevista na Circular Bacen nº 3.693/13, do reconhecimento em despesa de forma diferida, no prazo máximo de 36 meses, de até dois terços da remuneração referente a origem ocorrida no ano de 2015 de operações de crédito ou de arrendamento mercantil por correspondentes no País; e de até um terço para as operações originadas no ano de 2016. Adicionalmente, os saldos registrados em 31 de dezembro de 2014 não serão impactados pelo disposto na referida Circular de reconhecimento imediato no resultado de saldos remanescentes em 1º de janeiro de 2015, uma vez que o diferimento de despesas ocorrerá normalmente de acordo com os prazos das operações.

h) Não há outros eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014.

**A DIRETORIA**

Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Administradores do

**Banco Bradesco Financiamentos S.A.**  
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradesco Financiamentos S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

**Base para opinião com ressalva**

A Instituição registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil na rubrica "provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação", classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas notas explicativas às demonstrações contábeis nº 3f.V e 8h. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Opinião com ressalva**

Em nossa opinião, exceto quanto a não reclassificação de saldos mencionada no parágrafo anterior, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradesco Financiamentos S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Outros assuntos**

**Demonstração do valor adicionado**

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2014, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Osasco, 28 de janeiro de 2015

Cláudio Rogério Sertório  
Contador CRC 1SP212059/O-0

**Sumário**  
Caderno Empresarial 2

**BALANÇO**  
BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. .... 2

# Assine o Diário Oficial

Tabela de preços do Diário Oficial impresso

Diários Oficiais	Anual	Semestral	Trimestral
Executivo I	R\$ 1.059,30	R\$ 556,13	R\$ 291,97
Executivo II	R\$ 1.059,30	R\$ 556,13	R\$ 291,97
Empresarial	R\$ 1.059,30	R\$ 556,13	R\$ 291,97
Cidade de São Paulo	R\$ 1.059,30	R\$ 556,13	R\$ 291,97
Ordem dos Advogados do Brasil	—	R\$ 556,13	—

**Imprensa Oficial, garantia de transparência e segurança de informação**

**Central de atendimento ao cliente**

SAC 0800 01234 01  
fax 11 2799 9734

A Imprensa Oficial não possui revendedores autorizados.

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, do Banco Bradesco Financiamentos S.A. (Bradesco Financiamentos), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Bradesco Financiamentos oferece linhas de financiamento de crédito direto ao consumidor para aquisição de veículos de passeio, de transporte e outros bens e serviços, além de operações de *leasing* e de empréstimos consignados, atuando como financeira do Banco Bradesco.

No segmento veículos, é especializado em oferecer aos clientes e não clientes do Banco Bradesco linhas de financiamento e de arrendamento de veículos, com soluções de CDC e *leasing*, com recursos próprios ou de repasses. Os serviços são oferecidos em sua extensa rede de conveniados formada por revendas e concessionárias de motos, veículos leves e de transporte, totalizando 12.003 parceiros comerciais ativos em todo o País.

No segmento de empréstimos consignados, atua na concessão de empréstimos para aposentados e pensionistas do INSS, empréstimos com desconto em folha de pagamento para funcionários de empresas do setor público federal, estadual e municipal, por meio de 2.073 Correspondentes, atua em todos os estados brasileiros na captação de clientes.

O Lucro Líquido do exercício de 2014 foi de R\$ 3.279 bilhões e o Patrimônio Líquido de R\$ 24,451 bilhões.

Agradecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e demais colaboradores.

Osasco, SP, 28 de janeiro de 2015.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil		
	2014	2013		2014	2013
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	<b>45.125.114</b>	<b>48.625.067</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>23.854.093</b>	<b>23.727.098</b>
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	500	316	DEPÓSITOS (Nota 14a)	21.904.119	19.553.171
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	25.815.299	29.291.525	Depósitos Interfinanceiros	21.904.064	19.553.171
Aplicações no Mercado Aberto	92.659	104.268	Depósitos à Vista	55	6
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	25.722.640	29.187.257	<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>1.949.974</b>	<b>4.173.921</b>
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)</b>	<b>98.545</b>	<b>152.353</b>	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	13.210	8.043
Carteira Própria	9.069	64.201	Sociais e Estatutárias	272.000	1.020.000
Vinculados à Prestação de Garantias	89.476	88.152	Fiscais e Previdenciárias (Nota 16a)	351.225	1.006.418
<b>RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS</b>	<b>761.233</b>	<b>481.940</b>	Diversas (Nota 16b)	1.313.539	2.139.460
Créditos Vinculados (Nota 7)	761.222	417.934	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>21.994.498</b>	<b>25.310.438</b>
Correspondentes	11	64.006	DEPÓSITOS (Nota 14a)	20.733.169	22.775.409
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	<b>16.545.692</b>	<b>16.432.455</b>	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.261.329	2.535.029
Operações de Crédito - Setor Privado	17.242.096	17.397.941	Fiscais e Previdenciárias (Nota 16a)	997.129	2.425.475
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(696.404)	(965.486)	Diversas (Nota 16b)	264.200	109.554
<b>OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 8)</b>	<b>(10.310)</b>	<b>(30.693)</b>	<b>RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS</b>	<b>261.459</b>	<b>188.590</b>
Operações de Arrendamentos a Receber - Setor Privado	29.832	97.036	Receitas de Exercícios Futuros	261.459	188.590
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(29.242)	(90.354)	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 17)</b>	<b>24.451.202</b>	<b>27.654.686</b>
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(10.900)	(37.375)	Capital:		
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>	<b>1.199.815</b>	<b>1.441.184</b>	- De Domiciliados no País	22.010.000	22.010.000
Rendas a Receber (Nota 9a)	42	104	Reservas de Lucros	2.441.431	5.644.978
Diversos (Nota 9b)	1.199.773	1.441.080	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(229)	(292)
<b>OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)</b>	<b>714.340</b>	<b>855.987</b>			
Outros Valores e Bens	277.418	319.933			
Provisões para Desvalorizações	(149.350)	(154.307)			
Despesas Antecipadas	586.272	690.361			
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>24.138.040</b>	<b>25.764.439</b>			
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	31.679	60.729			
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	31.679	60.729			
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)</b>	<b>218</b>	<b>218</b>			
Carteira Própria	218	218			
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)</b>	<b>19.328.857</b>	<b>20.140.718</b>			
Operações de Crédito - Setor Privado	19.711.989	20.712.597			
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(383.132)	(571.879)			
<b>OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 8)</b>	<b>(3.124)</b>	<b>(13.086)</b>			
Operações de Arrendamentos a Receber - Setor Privado	15.575	39.254			
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(14.462)	(38.901)			
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(4.237)	(13.439)			
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>	<b>3.965.651</b>	<b>4.587.805</b>			
Diversos (Nota 9b)	3.965.651	4.587.805			
<b>OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)</b>	<b>814.759</b>	<b>988.055</b>			
Despesas Antecipadas	814.759	988.055			
<b>PERMANENTE</b>	<b>1.298.098</b>	<b>2.491.306</b>			
INVESTIMENTOS (Nota 11)	430.526	452.750			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País	427.066	449.300			
- No Exterior	303	254			
Outros Investimentos	12.768	12.808			
Provisões para Perdas	(9.612)	(9.612)			
<b>IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)</b>	<b>7.300</b>	<b>4.665</b>			
Outras Imobilizações de Uso	20.287	18.626			
Depreciações Acumuladas	(12.987)	(13.961)			
<b>IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Nota 8)</b>	<b>827.515</b>	<b>1.997.958</b>			
Bens Arrendados	1.204.485	2.764.579			
Depreciações Acumuladas/Superveniência de Depreciação	(376.970)	(766.621)			
<b>INTANGÍVEL (Nota 13)</b>	<b>32.757</b>	<b>35.933</b>			
Ativos Intangíveis	87.596	72.765			
Amortizações Acumuladas	(54.839)	(36.832)			
<b>TOTAL</b>	<b>70.561.252</b>	<b>76.880.812</b>	<b>TOTAL</b>	<b>70.561.252</b>	<b>76.880.812</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil			
	2º Semestre 2014	Exercícios findos em 31 de dezembro 2014	
		2014	2013
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>6.060.766</b>	<b>12.370.421</b>	<b>12.984.282</b>
Operações de Crédito (Nota 8g)	4.120.320	8.231.630	8.544.772
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 8g)	1.533.500	1.326.630	2.211.449
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6e)	1.365.568	2.749.801	2.208.815
Resultado das Aplicações Compulsórias (Nota 7b)	41.378	62.360	19.265
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>2.973.301</b>	<b>6.199.692</b>	<b>7.406.098</b>
Operações de Captações no Mercado (Nota 14b)	2.257.146	4.375.394	4.156.376
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 8g)	475.497	1.214.891	2.080.394
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 8f)	240.658	609.407	1.169.328
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>3.087.465</b>	<b>6.170.729</b>	<b>5.578.184</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(6.525)</b>	<b>(1.322.444)</b>	<b>(2.702.874)</b>
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 18)	164.834	285.334	228.411
Despesas de Pessoal (Nota 19)	(152.236)	(232.868)	(58.222)
Outras Despesas Administrativas (Nota 20)	(361.011)	(798.988)	(995.378)
Despesas Tributárias (Nota 21)	(39.457)	(75.820)	(182.792)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 11a)	(35.160)	(22.243)	(8.991)
Outras Receitas Operacionais (Nota 22)	1.550.173	1.702.045	413.829
Outras Despesas Operacionais (Nota 23)	(1.133.668)	(2.179.904)	(2.099.731)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>3.080.940</b>	<b>4.848.285</b>	<b>2.875.310</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 24)</b>	<b>(80.807)</b>	<b>(199.406)</b>	<b>(253.943)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>3.000.133</b>	<b>4.648.879</b>	<b>2.621.367</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 26)</b>	<b>(698.589)</b>	<b>(1.369.858)</b>	<b>(526.444)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>2.301.544</b>	<b>3.279.021</b>	<b>2.094.923</b>
Número de ações (mil) (Nota 17a)	24.730.835	24.730.835	24.730.835
Lucro por lote de mil ações em R\$	93,06	132,59	84,71

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil			
	2º Semestre 2014	Exercícios findos em 31 de dezembro 2014	
		2014	2013
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>			
<b>Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>3.000.133</b>	<b>4.648.879</b>	<b>2.621.367</b>
<b>Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:</b>			
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	240.658	609.407	1.169.328
Depreciações e Amortizações	72.349	172.039	361.253
Constituições/(Reversões) de Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	(1.234.657)	(1.085.294)	223.672
Constituições de Provisões para Desvalorização de Bens Não de Uso Próprio	(25.183)	(4.956)	32.797
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	35.160	22.243	8.991
Insuficiência/(Superveniência) de Depreciação	397.054	1.034.053	1.693.977
Ganho na Venda de Investimento	(253)	(253)	-
(Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado de Uso	(81)	(52)	10
Perda na Venda de Bens Não de Uso Próprio	106.324	204.667	221.072
Outros	213.947	411.276	303.970
<b>Lucro Líquido Ajustado antes dos impostos</b>	<b>2.805.451</b>	<b>6.012.009</b>	<b>6.636.437</b>
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(2.307.526)	3.812.432	(2.078.248)
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	7.710	55.888	151.041
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	(243.313)	(254.759)	(33.033)
Aumento/(Redução) em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(318.765)	(343.299)	(417.934)
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil	142.260	71.555	(2.717.064)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(93.071)	247.190	(882.640)
Aumento/(Redução) em Depósitos	1.504.475	308.702	3.099.332
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(734.641)	(2.007.570)	(2.168.706)
Aumento/(Redução) em Resultados de Exercícios Futuros	63.255	72.869	56.360
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(244.575)	(744.828)	(1.504.392)
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais</b>	<b>581.260</b>	<b>7.230.189</b>	<b>141.153</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:</b>			
(Aumento)/Redução em Títulos Disponível para Venda	(1.184)	(1.184)	436
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	212.453	387.824	403.258
Alienação de Investimentos	292	292	-
Alienação de Imobilizado de Uso e Arrendamento	179.413	239.050	182.750
Aquisição de Bens Não de Uso Próprio	(242.848)	(549.976)	(653.322)
Aquisição de Investimentos	(100)	(100)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso e Arrendamento	(210.282)	(259.278)	(119.589)
Aplicações no Intangível	(9.643)	(14.830)	(15.250)
Redução de Capital em Investida	-	-	165.000
Aumento de Capital em Investida	-	-	(315.000)
Dividendos Recebidos	-	104	147.696
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos</b>	<b>(71.799)</b>	<b>(198.096)</b>	<b>(204.021)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:</b>			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(787.950)	(7.043.518)	(10.437)
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos</b>	<b>(787.950)</b>	<b>(7.043.518)</b>	<b>(10.437)</b>
<b>Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(278.489)</b>	<b>(11.425)</b>	<b>(73.305)</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	371.648	104.584	177.889
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	93.159	93.159	104.584
<b>Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(278.489)</b>	<b>(11.425)</b>	<b>(73.305)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil						
Eventos	Capital Social Realizado	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial Próprias	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária			
<b>Saldos em 30.6.2014</b>	<b>22.010.000</b>	<b>458.284</b>	<b>919.317</b>	<b>955</b>	-	<b>23.388.556</b>
Reversão de Dividendos 1º Semestre/2014	-	-	9.286	-	-	9.286
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(1.184)	-	(1.184)
Lucro Líquido	-	-	-	-	2.301.544	2.301.544
Destinações: - Reservas	-	115.077	939.467	-	(1.054.544)	-
- Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(1.247.000)	(1.247.000)
<b>Saldos em 31.12.2014</b>	<b>22.010.000</b>	<b>573.361</b>	<b>1.868.070</b>	<b>(229)</b>	-	<b>24.451.202</b>
<b>Saldos em 31.12.2012</b>	<b>22.010.000</b>	<b>304.664</b>	<b>4.445.391</b>	<b>241</b>	-	<b>26.760.296</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	(58.222)	-	-	(533)	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	2.094.923	2.094.923
Destinações: - Reservas	-	104.746	790.177	-	(894.923)	-
- Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(1.200.000)	(1.200.000)
<b>Saldos em 31.12.2013</b>	<b>22.010.000</b>	<b>409.410</b>	<b>5.235.568</b>	<b>(292)</b>	-	<b>27.654.686</b>
Dividendos Declarados	-	-	(5.235.568)	-	-	(5.235.568)
Ajust						



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
**g) Receitas de operações de crédito e de arrendamento mercantil**

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Empréstimos e títulos descontados.....	3.857.996	3.554.731
Financiamentos.....	3.863.621	4.518.461
<b>Subtotal.....</b>	<b>7.721.617</b>	<b>8.073.192</b>
Recuperação de créditos baixados como prejuízo.....	510.013	471.561
<b>Subtotal.....</b>	<b>8.231.630</b>	<b>8.544.753</b>
Arrendamento mercantil, líquido de despesas.....	111.739	131.055
<b>Total.....</b>	<b>8.343.369</b>	<b>8.675.808</b>

**h) Demonstrativo da composição da carteira de arrendamento, a valor presente, com os saldos contábeis**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Arrendamentos financeiros a receber.....	45.407	136.290
(-) Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber.....	(43.704)	(129.255)
Bens arrendados financeiros + perdas em arrendamentos (líquido).....	1.204.485	2.764.579
<b>(-) Depreciação acumulada sobre bens arrendados financeiros, líquida de superveniência de depreciação.....</b>	<b>(376.970)</b>	<b>(766.621)</b>
(-) Depreciações acumuladas.....	(1.063.777)	(2.505.823)
Superveniência de depreciação.....	686.807	1.739.202
(-) Valor residual garantido antecipado (Nota 16b).....	(661.769)	(1.627.018)
<b>Total do valor presente.....</b>	<b>167.449</b>	<b>377.975</b>

**i) Imobilizado de arrendamento**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Veículos e afins.....	1.204.115	2.764.174
Máquinas e equipamentos.....	-	34
Perdas em arrendamentos.....	370	371
<b>Total de bens arrendados.....</b>	<b>1.204.485</b>	<b>2.764.579</b>
Depreciação acumulada de bens arrendados.....	(1.063.777)	(2.505.823)
Superveniência de depreciação.....	686.807	1.739.202
<b>Total da depreciação acumulada.....</b>	<b>(376.970)</b>	<b>(766.621)</b>
<b>Imobilizado de arrendamento.....</b>	<b>827.515</b>	<b>1.997.958</b>

A Instituição, para atender o regime de competência, constituiu no exercício, insuficiência de depreciação no montante de R\$ 1.052.395 mil (2013 - R\$ 1.716.226 mil), registrada em imobilizado de arrendamento, e efetuou a realização de superveniência de R\$ 18.342 mil (2013 - R\$ 22.249 mil), classificada em bens não de uso próprio em decorrência da reintegração de posse de bens arrendados e R\$ 1.034.053 mil (2013 - R\$ 1.693.977 mil) em resultado

**11) INVESTIMENTOS**
**a) Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos, foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas".**

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital (%)	Lucro líquido/(prejuízo) ajustado	Valor contábil		Ajuste decorrente de avaliação (1)	
			Ações	Cotas			2014	2013	2014	2013
							2014	2013		
<b>Ramo financeiro</b>										
Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.....	25.500	47.707	-	-	99,999	2.749	47.707	44.984	2.749	1.900
BMC Asset Management DTM Ltda.....	5.700	10.397	-	-	99,999	367	10.397	10.034	367	339
Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil.....	13.500	27.657	127.700	-	100,000	1.344	27.657	26.326	1.344	8.730
Banco Bradesco Europa S.A.....	712.791	1.114.543	1	-	0,027137	53.526	303	254	15	15
<b>Outras atividades</b>										
BF Promotora de Vendas Ltda.....	426.220	339.745	-	426.220	99,9999	(26.705)	339.745	366.450	(26.705)	(19.941)
Promosec Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros.....	3.250	1.160	-	6	100,000	(46)	1.160	1.106	(46)	(65)
Outras participações.....	-	-	-	-	-	-	400	400	-	-
Ganho/perda cambial de investimento no exterior.....	-	-	-	-	-	-	-	-	33	31
<b>Total de investimentos.....</b>							<b>427.369</b>	<b>449.554</b>	<b>(22.243)</b>	<b>(8.991)</b>

(1) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultados, quando aplicáveis.

**b) Outros investimentos**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Investimentos por incentivos fiscais.....	12.216	12.216
Títulos patrimoniais.....	2	2
Outros investimentos.....	551	590
<b>Subtotal.....</b>	<b>12.769</b>	<b>12.808</b>
Provisão para perdas.....	(9.612)	(9.612)
<b>Total.....</b>	<b>3.157</b>	<b>3.196</b>

**12) IMOBILIZADO DE USO**

Demonstrado ao custo de aquisição corrigido. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Taxa anual	Custo	Depreciação	Custo líquido de depreciação
	2014	2013	2014	2013
Instalações, móveis e equipamentos de uso.....	10%	7.122	(4.287)	2.835
Sistemas de segurança e comunicações.....	10%	1.140	(941)	199
Sistemas de processamento de dados.....	20%	12.025	(7.759)	4.266
<b>Total em 2014.....</b>		<b>20.287</b>	<b>(12.987)</b>	<b>7.300</b>
<b>Total em 2013.....</b>		<b>18.626</b>	<b>(13.961)</b>	<b>4.665</b>

**13) INTANGÍVEL**

Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e são compostos por *software* e respectivos gastos com desenvolvimento. Em 31 de dezembro de 2014 apresentava o valor do custo líquido de amortização de R\$ 32.757 mil (2013 - R\$ 35.933 mil). Amortizações acumuladas correspondiam a R\$ 54.839 mil (2013 - R\$ 36.832 mil).

**14) DEPÓSITOS**
**a) Depósitos**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos interfinanceiros.....	1.809.221	7.999.614	12.095.229	20.733.169	42.637.233
Depósitos à vista.....	55	-	-	-	55
<b>Total em 2014.....</b>	<b>1.809.276</b>	<b>7.999.614</b>	<b>12.095.229</b>	<b>20.733.169</b>	<b>42.637.288</b>
%.....	4,2	18,8	28,4	48,6	100,0
<b>Total em 2013.....</b>	<b>1.599.507</b>	<b>7.764.332</b>	<b>10.189.338</b>	<b>22.775.409</b>	<b>42.328.586</b>
%.....	3,8	18,3	24,1	53,8	100,0

**b) Despesas de captação**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Depósitos interfinanceiros.....	4.375.394	4.156.376
<b>Total.....</b>	<b>4.375.394</b>	<b>4.156.376</b>

**15) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**
**a) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

**b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias**

A empresa é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

**I - Processos trabalhistas**

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda desses depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

**II - Processos cíveis**

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

**III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais**

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazos, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

**A principal questão é:**

IRPJ/CSLL - Perdas de Crédito - R\$ 300.148 mil (2013 - R\$ 245.893 mil); Pleiteia deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, totais ou parciais, sofridas no recebimento de créditos, independentemente do atendimento das condições e prazos previstos nos artigos 9º ao 14º da Lei nº 9.430/96 que só se aplicam às perdas provisórias.

**IV - Movimentação das provisões**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais (1) (2)
Saldo no início do exercício de 2014.....	28.889	80.664	1.949.923
Atualização monetária.....	2.882	9.579	47.677
Constituições líquidas de reversões e baixas.....	881	145.548	(1.291.859)
Pagamentos.....	(4.810)	(140.428)	(20.018)
<b>Saldo no final do exercício de 2014 (Nota 16).....</b>	<b>27.842</b>	<b>95.361</b>	<b>685.723</b>

(1) Compreende, substancialmente, a obrigações legais; e

(2) Inclui a reversão de provisão fiscal, relativa ao processo COFINS, cuja matéria teve seu encerramento favorável à Instituição, no montante de R\$ 1.378.103 mil.

**c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis**

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivas, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. O principal processo com essa classificação é IRPJ e CSLL, relativo ao ano-base de 2008, lançado sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos, no valor total de R\$ 325.960 mil (2013 - R\$ 125.106 mil).

**16) OUTRAS OBRIGAÇÕES**
**a) Fiscais e previdenciárias**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Provisões fiscais (Nota 15b IV).....	685.723	1.949.923
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 26c).....	371.627	573.533
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar.....	216.108	841.461
Impostos e contribuições a recolher.....	74.896	66.976
<b>Total.....</b>	<b>1.348.354</b>	<b>3.431.893</b>

**b) Diversas**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Credores diversos.....	722.583	481.817
Credores por antecipação de valor residual (Nota 8h).....	661.769	1.627.018
Provisões cíveis e trabalhistas (Nota 15b IV).....	123.203	109.553
Provisão para pagamentos a efetuar.....	70.184	30.626
<b>Total.....</b>	<b>1.577.739</b>	<b>2.249.014</b>

**17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
**a) Capital social**

O capital social no montante de R\$ 22.010.000 mil (2013 - R\$ 22.010.000 mil) totalmente subscrito e integralizado, é composto por 24.730.834.643 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.

**b) Reserva de lucros**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Reservas de lucros.....	2.441.431	5.644.978
- Reserva legal (1).....	573.361	409.410
- Reserva estatutária (2).....	1.868.070	5.235.568

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido, até atingir 20% do capital social realizado. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

**c) Dividendos e juros sobre o capital próprio**

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos e juros sobre o capital próprio relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	2014	2013
Lucro líquido.....	3.279.021	2.094.923
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	(163.951)	(104.746)
<b>Base de cálculo.....</b>	<b>3.115.070</b>	<b>1.990.177</b>
Dividendos (1).....	1.247.000	1.200.000
Juros sobre o capital próprio (2).....	(187.050)	(180.000)
Imposto de renda retido na fonte.....	1.059.950	1.020.000
<b>Valor líquido a pagar.....</b>	<b>34,0%</b>	<b>51,3%</b>
<b>Valor em Reais por lote de mil ações.....</b>	<b>42,86</b>	<b>41,24</b>

(1) Não houve distribuição de dividendos pois os juros sobre o capital próprio distribuídos foram superior ao mínimo obrigatório de 1%; e

(2) Em Reunião da Diretoria realizada em 30 de setembro de 2014 foi deliberado o pagamento de juros sobre o capital próprio de R\$ 927.000 mil efetuada em 26 de dezembro de 2014, e a Reunião da Diretoria de 22 de dezembro de 2014 deliberou o valor de R\$ 320.000 mil a ser pago até 31 de dezembro de 2015.

**9) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS**
**a) Rendas a receber**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Dividendos.....	42	104
<b>Total.....</b>	<b>42</b>	<b>104</b>

**b) Diversos**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Devedores por depósitos em garantia.....	2.402.862	1.965.587
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 26c).....	1.899.105	3.411.854
Impostos e contribuições a compensar.....	391.258	248.461
Devedores diversos.....	299.410	204.768
Prêmio em operações de cessão de crédito (1).....	95.417	150.561
Títulos e créditos a receber.....	54.406	34.303
Adiantamentos para pagamentos.....	18.990	9.420
Opções por incentivos fiscais.....	3.922	3.922
Outros.....	54	9
<b>Total.....</b>	<b>5.165.424</b>	<b>6.028.885</b>

(1) Prêmio pago na aquisição de operações de crédito consignado, que será apropriado pelos prazos dos contratos.

**10) OUTROS VALORES E BENS**
**a) Bens não de uso próprio**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Custo	Provisão para perdas	Custo líquido de provisão	2013
Imóveis.....	1.339	(454)	885	885
Bens em regime especial.....	810	(810)	-	-
Veículos e afins.....	274.518	(147.362)	127.156	164.714
Máquinas e equipamentos.....	711	(711)	-	-
Outros.....	40	(13)	27	27
<b>Total em 2014.....</b>	<b>277.418</b>			



continuação



# Banco Bradesco Financiamentos S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 07.207.996/0001-50

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 26) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente	
<b>Feito no cálculo dos tributos:</b>	
Participações em coligadas e controladas	(8.897)
Despesas indebitáveis líquidas de receitas não tributáveis	(14.300)
Juros sobre o capital próprio pagos	498.800
Outros valores	14.091
<b>Imposto de renda e contribuição social do exercício</b>	<b>(1.369.858)</b>

#### b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
2014	2013
4.648.879	2.621.367
(1.859.552)	(1.048.547)
<b>Impostos correntes:</b>	
Imposto de renda e contribuição social devidos	142.849
(921.336)	
<b>Impostos diferidos:</b>	
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias	(1.512.707)
394.892	
<b>Imposto de renda e contribuição social do exercício</b>	<b>(1.369.858)</b>
(526.444)	

#### c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil		
	Saldo em 31.12.2013	Constituição	Realização
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.503.767	257.682	1.305.563
Provisões civis	32.266	38.144	32.266
Provisões fiscais	686.143	42.165	564.191
Provisões trabalhistas	11.556	925	1.344
Provisão para desvalorização de bens não de uso	61.723	59.740	61.723
Provisão para perda de títulos e investimento	1.667	-	-
Agio amortizado	1.099	29	18
Agio a valor de mercado dos títulos para negociação	537	-	-
Outros	113.054	166.767	113.054
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>3.411.812</b>	<b>565.452</b>	<b>2.078.159</b>
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	42	-	42
<b>Total dos créditos tributários (Nota 9b)</b>	<b>3.411.854</b>	<b>565.452</b>	<b>2.078.201</b>
<b>Obrigações fiscais diferidas (Nota 16a)</b>	<b>573.533</b>	<b>61.192</b>	<b>263.098</b>
<b>Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas</b>	<b>2.838.321</b>	<b>504.260</b>	<b>1.815.103</b>

#### d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2014 - R\$ mil		
	Diferenças temporárias	Imposto de renda	Contribuição social
2015	383.683	230.140	613.823
2016	383.683	230.140	613.823
2017	365.116	218.999	584.115
2018	26.984	16.139	43.221
2019	27.670	16.551	371.627
<b>Total</b>	<b>1.187.136</b>	<b>711.969</b>	<b>1.899.105</b>

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta R\$ 1.791.196 mil (2013 - R\$ 3.207.916 mil) de diferenças temporárias.

#### e) Obrigações fiscais diferidas

A sociedade possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 371.627 mil (2013 - R\$ 573.533 mil) relativas à: Superficiência de depreciação R\$ 171.702 mil (2013 - R\$ 434.800 mil) e atualização monetária de depósitos judiciais de R\$ 199.925 mil (2013 - R\$ 138.733 mil).

#### 27) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Avas e Fianças prestados a clientes totalizam R\$ 2.314 mil (2013 - R\$ 2.163 mil), os quais estão sujeitos a encargos financeiros e a prestação de contra garantias pelos beneficiários.

b) O seguro dos bens arrendados está vinculado a cláusulas específicas dos contratos de arrendamento mercantil.

#### c) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas. A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

d) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

e) Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

• a revogação do Regime Tributário de Transição (RIT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;

• a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e

• o parcelamento especial de Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS.

A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nº 1.515, de 24 de novembro de 2014 e 1.520, de 4 de dezembro de 2014. Em nossa avaliação, não haverá impactos relevantes futuros em nossas Demonstrações Contábeis.

f) Em 20 de janeiro de 2015, foi publicada a Lei nº 13.097/15, que converteu a Medida Provisória nº 656/14. Dentre outros assuntos essa Lei altera os valores dos limites para fins de dedutibilidade de perdas no recebimento de créditos para contratos inadimplidos a partir de 8.10.2014 (artigo 9º da Lei nº 9.430/96), sendo que para o estoque até essa data, ficam mantidos os valores limites atuais.

g) Em dezembro de 2013, o Banco Central do Brasil publicou a Resolução nº 4.284/13, complementada pelas Circulares Bacen nº 3.693/13, nº 3.722/14 e nº 3.738/14, as quais estabeleceram procedimentos de contratação, remuneração e contabilização da remuneração de correspondentes, cujos impactos trarão efeitos no resultado apenas a partir do exercício de 2015. A Bradesco Financiamentos adotará a facilidade, prevista na Circular Bacen nº 3.693/13, do reconhecimento em despesa de forma diferida, no prazo máximo de 36 meses, de até dois terços da remuneração referente a originação ocorrida no ano de 2015 de operações de crédito ou de arrendamento mercantil por correspondentes no País; e de até um terço para as operações originadas no ano de 2016. Adicionalmente, os saldos registrados em 31 de dezembro de 2014 não serão impactados pelo disposto na referida Circular de reconhecimento imediato no resultado de saldos remanescentes em 1º de janeiro de 2015, uma vez que o diferimento de despesas ocorrerá normalmente de acordo com os prazos das operações.

h) Não há outros eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014.

### A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – CRC 15P199295/O-5

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do

**Banco Bradesco Financiamentos S.A.**

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradesco Financiamentos S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

#### Base para opinião com ressalva

A Instituição registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil na rubrica "provisão para superficiência ou insuficiência de depreciação", classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas notas explicativas às demonstrações contábeis nº 31.V e 8h. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

#### Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto a não reclassificação de saldos mencionada no parágrafo anterior, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradesco Financiamentos S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

#### Outros assuntos

#### Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2014, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Osasco, 28 de janeiro de 2015

Cláudio Rogério Sertório  
Contador CRC 15P212059/O-0

# SUPLEMENTOS

# Valor ECONÔMICO

Pequena empresa tem papel de destaque em políticas de financiamento F7

Salvador, 26 de maio de domingo e segunda-feira, 2 e 3 de junho de 2014

Valor Especial Seguros e resseguros

Evolution dos mercados supervisionados

Capitalização, Previsões, Depreciação

9,8 10,3 11,7 14,0 14,5

67,8 76,6 90,8 105,0 129,3

Foco no equilíbrio

9,8 10,3 11,7 14,0 14,5

67,8 76,6 90,8 105,0 129,3

Sua marca nos suplementos que geram negócios.

ANUNCIE  
midiakit.valor.com.br